

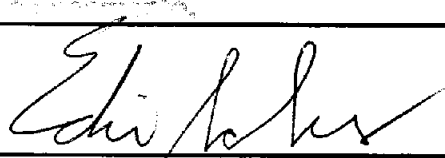


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 03

do processo nº 01 – PL 739 de 2017, 01 / 11 / 17 (a)

Kardac Adriano de Andrade
Assessoria Parlamentar
SGP-22

LIDO HOJE	
ÀS COMISSÕES DE: 31 OUT 2017	
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
 EDIO LACERDA PRÉSIDENTE	

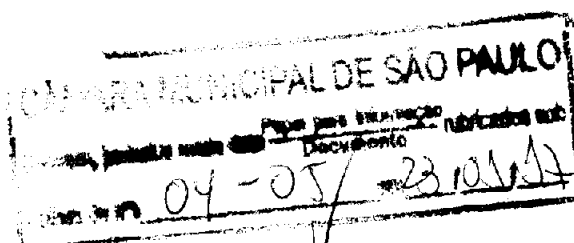
À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

01 NOV 2017


Antonio Isoldi Caleari
 Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SETOR DE PESQUISA E ACESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS	
EM <u>01/11/2017</u>	AO <u>17</u> HS
POR <u>[Assinatura]</u>	
SAÍDA <u>24/01/18</u> AS <u>16</u> H	ASS: <u>[Assinatura]</u>



BRUNO LUCCHETTA
Técnico Administrativo
R.F. 10.455



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Forma 84
Proc. N° 89/2018 Hs. 6

Bruno Lucchetta
RF 11.455

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 0739/17

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura;
- Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva;
- Lei Federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.948, de 03 de julho de 1996;
- Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e dá outras providências;
- Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, que consolida a legislação relativa ao idoso;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo – especialmente art. 191 e seguintes;
- Lei Municipal nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.071, de 18 de outubro de 2005, que institui o Programa Municipal de Fomento à Dança, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.727, de 15 de maio de 2008, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa “Movimentando a Terceira Idade”, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.905, de 06 de fevereiro de 2009, que cria o Programa de Envelhecimento Ativo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.165, de 19 de maio de 2010, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Reconhecimento do Povo Cigano, a ser comemorado, anualmente, no dia 13 de maio, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais, dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.278, de 5 de outubro de 2015, que institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo, destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos culturais;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

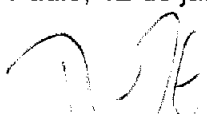
Folha 05
Proc. N° 289 / 2017 fls. 7

Bruno Lucchetta
RF 11.455

- Lei Municipal nº 16.576, de 18 de novembro de 2016, vetado (Fica criado o Programa de Orientação de Atividades Físicas do Idoso nas praças públicas que possuem aparelhos de ginástica);
- Decreto Municipal nº 49.032, de 10 de dezembro de 2007, que institui o Programa LUDI-CIDADE, Arte, Cultura e Esporte;
- PL 10/15, que estabelece diretrizes para a política municipal de fomento, desenvolvimento, circulação e difusão da dança, nos termos que especifica.
- PL 436/15, que dispõe sobre a ampliação das atividades artísticas, culturais e esportivas nos centros educacionais unificados (CEU) e dá outras providências.
- PL 569/15, que institui o programa cultura ballet para todos, e fixa outras providências.
- PL 648/15, que altera a Lei nº 14071/05 que institui o programa municipal de fomento à dança e dá outras providências.
- PL 400/16, que dispõe sobre a criação do circuito municipal de cultura de São Paulo, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.
- PL 212/17, que institui o Programa Cultural Dança de Salão para Todos, e fixa outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente de fls. 03.

São Paulo, 12 de janeiro de 2018.


Juliana Trindade von T Eberlin
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414


Christiana Samara Chebib Lienert
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 244.472